

Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste

Sergio Schneider

INTRODUÇÃO

Na época em que vivemos, uma das notícias diárias a que mais nos acostumamos refere-se ao problema do desemprego e da falta de trabalho. Economistas, sociólogos e outros cientistas sociais têm se esforçado com afinco no estudo acerca do que está acontecendo com o ‘mundo do trabalho’. Entre os especialistas já há um consenso: as formas de trabalhar mudaram na sociedade contemporânea e nem sempre o trabalho que um indivíduo exerce implica em um emprego, com todas as garantias e direitos.

Por conta da rápida urbanização e da concentração da maior parte de população brasileira nas áreas metropolitanas, os meios de comunicação e mesmo os estudiosos têm dado pouco destaque ao que ocorre no meio rural e no setor agrícola, em particular no que tange à questão do emprego e do trabalho. No Brasil, quando se fala em rural e agricultura, o que vem a cabeça das pessoas são as imagens da televisão que reproduz cenas de grandes máquinas colhendo enormes lavouras de soja e cana-de-açúcar ou, pelo lado contrário, contingentes de trabalhadores protestando em nome da reforma agrária. Poucos se perguntam sobre os processos que fogem a esse esteriótipo da ruralidade.

O desconhecimento do senso comum é ainda maior quando se trata de determinadas categorias sociais como os assim chamados agricultores familiares, mais corriqueiramente identificados como pequenos agricultores e até produtores de subsistência. Nomenclaturas à parte, o que vale a pena olhar com mais detalhes são as formas como as pequenas unidades familiares do meio rural brasileiro estão reagindo às mudanças do ‘mundo do trabalho’

e o modo pelo qual oferecem sua contribuição à melhoria das condições de vida da população brasileira em geral.

Neste trabalho, buscar-se-á demonstrar que as transformações do mundo do trabalho também estão afetando a conformação do mercado de trabalho rural, alterando e diversificando as atividades e as formas de ocupação. No Brasil, o trabalho por conta-própria, identificado com a agricultura familiar, ainda é responsável por parcela significativa do emprego no meio rural. Para além de justificar e legitimar as ações e políticas que, pelo menos em parte, estão contribuindo para manutenção desse quadro favorável, acredita-se que por aí talvez se possa construir um caminho alternativo ao modelo de desenvolvimento que tem sido preconizado.

Baseando-se em tabulações especiais de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE), o objetivo deste trabalho consiste em analisar, comparativamente, a dinâmica ocupacional e o comportamento das rendas da categoria social dos agricultores familiares entre as Regiões Sul e o Nordeste do Brasil. Além desta introdução, o trabalho se divide em várias partes, sendo a primeira destinada às considerações metodológicas sobre a forma de utilização da PNAD, seguida de uma breve caracterização sobre a estrutura do emprego no meio rural brasileiro segundo as principais categorias. Na sequência, analisa-se o comportamento da dinâmica ocupacional da agricultura familiar no período de 2001 a 2004 e, na continuação, apresenta-se uma caracterização das principais fontes de rendimentos. Na última parte, busca estabelecer possíveis relações entre o comportamento do emprego e da renda da agricultura familiar no período examinado e o desempenho das principais políticas públicas que afetam o meio rural brasileiro.

METODOLOGIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DOS DADOS DA PNAD

As informações sobre a dinâmica do mercado de trabalho e o desempenho do emprego rural em atividades agrícolas e não-agrícolas que serão utilizadas neste trabalho são resultantes de tabulações especiais produzidas no âmbito Projeto Rurbano, utilizando a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE¹. É uma pesquisa

¹ O Projeto Rurbano é um esforço de um grupo de pesquisadores de diversos estados que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro no período recente. Maiores informações estão disponíveis em < <http://www.eco.unicamp.br> >

amostral que toma como referência o universo dos dados fornecidos pelo último censo demográfico e utiliza as informações por domicílio como unidade de análise. Os dados dessa pesquisa são coletados em todo o país, inclusive em áreas rurais (a partir de 2004 foi incluída também a Região Norte), e somente não são realizadas nos anos em que há levantamento censitário².

A utilização da PNAD em análises sobre a dinâmica ocupacional requer que se considere os domicílios como unidade de referência, que podem estar localizados em áreas rurais ou urbanas. Para definir a localização de um domicílio o IBGE se baseia na definição da delimitação dos perímetros urbanos das cidades, dada pela legislação municipal vigente no período do censo. Na situação urbana consideraram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas (povoados, núcleos e lugarejos), e a situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites³.

Ao delimitar a situação do domicílio como rural ou urbana, a partir da definição da legislação municipal os dados coletados pelo IBGE, tornam-se suscetível a algumas distorções decorrentes da atualização das áreas nos períodos intercensitário. Segundo Del Grossi e Graziano da Silva (2006), “por esta razão, infelizmente as informações das PNADs dos anos 2000 não são inteiramente compatíveis com as da década de 1990. Isso vale dizer que os domicílios que residiam em periferias urbanizadas ao longo dos anos 90 só passaram a ser contados como ‘urbanos’ a partir do Censo Demográfico de 2000. Dessa forma, a população rural reduziu-se de 32,6 milhões de pessoas em 1999, para 27,3 milhões de pessoas em 2001, uma diminuição de mais de 5 milhões de pessoas. Apenas parte dessa redução, e talvez a menor delas, deve-se à tendência secular de queda da população agrícola.

² As PNADs são pesquisas estruturadas por processos estatísticos e se baseiam em projeções de crescimento da população, o que faz com que à medida que ocorre o distanciamento da data do censo de referência aumentem, proporcionalmente, as possibilidades de erro que, na verdade, constitui-se em um problema relacionado à obtenção dos fatores de expansão da amostra. Para uma discussão mais detalhada consultar Graziano da Silva e Del Grossi (1997a), Del Grossi (1999) e Campanhola e Graziano da Silva (2000, Vol. 1).

³ Na introdução do Censo Demográfico de 1991 informa-se que para subsidiar as atividades de coleta de dados foram atualizadas as bases cartográficas e criados arquivos contendo informações de referência territorial, incluindo o de descrições dos perímetros dos setores censitários. Estabelecida essa malha territorial, o domicílio é associado ao setor censitário e suas agregações hierarquicamente superiores como os distritos, municípios, bairros e outras estruturas territoriais de interesse (IBGE, 1994).

Outra parte deve-se à redução das áreas rurais pela reclassificação da base censitária”.

Visando atenuar esse problema decorrente da não atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos municípios, o IBGE introduziu, a partir do Censo Demográfico de 1991, outras unidades territoriais além das utilizadas até então. As áreas urbanas foram classificadas como urbano exclusive, urbanas não-urbanizadas e urbanas isoladas, e as áreas rurais foram reagrupadas segundo os critérios de tamanho (número de domicílios igual ou superior a 51) e densidade (a distância entre os prédios não deve ultrapassar 50 metros, exceto no caso de templos e estabelecimentos de comércio ou serviços para os quais se tolera até 150 metros). A partir daí definiram-se cinco novos cortes, que são rural extensão urbana, rural povoados, rural núcleos, rural outros e rural exclusive⁴.

Como esses subníveis de agregação estão disponíveis para as PNADs realizadas a partir de 1992, o Projeto Rurbano passou a utilizar uma reclassificação formando quatro novos níveis, sendo três considerados urbanos – o urbano exclusive, as periferias (formadas pela agregação do urbano não-urbanizado com o rural extensão do urbano) e os distritos e povoados (formado pela agregação do urbano isolado com rural povoado e rural outros) – e apenas um como rural, que passou a se denominar de rural privado (formado pela agregação do rural núcleo com o rural exclusive) ou rural agropecuário.

Portanto, além de sofisticar o corte rural e urbano como indicador da localização dos domicílios, esses quatro níveis de classificação permitem uma aproximação mais judiciosa dos processos sociais e econômicos e sua aderência a um determinado espaço porque podem ser aplicados tanto para as áreas metropolitanas (metro) como não-metropolitanas (não-metro). Isto se deve ao fato de que, mesmo que os dados da PNAD não possam ser desagregados por microrregiões homogêneas, pois são coletados a partir de uma amostra geral sobre cada a unidade da federação, a forma como é feita a amostragem permite operar com o corte metro e não-metropolitano. Assim, com o intuito de selecionar e isolar as áreas exclusivamente rurais onde ocorrem transformações no emprego e na ocupação que afetam os

⁴ Essas últimas são as áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, *caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas* (grifo nosso). Ver IBGE. X Recenseamento Geral do Brasil : GR-7.09 - Manual de Atualização Cartográfica. Rio de Janeiro, Diretoria de Geociências. 20p., 1988.

agricultores familiares, neste texto serão utilizadas informações sobre os domicílios localizadas nas áreas rurais não-metropolitanas definidas como rural agropecuário ou rural privado. Com isso, pretende-se isolar qualquer possível efeito de áreas urbanas contíguas aos espaços rurais nas áreas não-metropolitanas como, por exemplo, as vilas e os pequenos povoados.

Além da localização e da unidade de análise, é preciso esclarecer a definição de ocupação e de família que será utilizada no texto. No que se refere ao conceito de trabalho adotado pela PNAD, a definição orienta-se pelo critério de atividade de ocupação (baseando-se, desde 2002, na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁵). Em 1992, a metodologia de levantamento dos dados das PNADs foi modificada pelo IBGE, tanto no que se refere à cobertura temática como, principalmente, em relação ao conceito de “trabalho”, razão pela qual os dados posteriores não podem ser comparados com aqueles de antes de 1992. O IBGE passou a considerar como “ocupadas” as pessoas de 10 anos ou mais de idade que realizavam algum trabalho (remunerado ou não) durante pelo menos uma hora na semana de referência (período de coleta das informações), visando captar determinados grupos de pessoas envolvidos em atividades econômicas que anteriormente não eram incluídas, abandonando o critério anterior que considerava ocupadas as pessoas que se envolviam em atividades durante pelo menos 15 horas de trabalho (Graziano da Silva e Del Grossi, 1997a)⁶.

Por essa razão, os dados utilizados neste texto referem-se a informações sobre a ocupação das famílias rurais classificadas segundo o tipo de ocupação de seus membros. Para efeito de classificação, serão consideradas ocupadas as pessoas que trabalharem (na última semana de setembro) durante pelo menos 15 horas, o que implica em restringir o tamanho da PEA ocupada. Além disso, é mister que se reconheça que esse procedimento ainda subestima o número de pessoas que consideram a atividade agrícola como ocupação principal durante o ano, dada a grande variação sazonal das atividades agropecuárias.

⁵ Para maiores detalhes sobre estas mudanças, consultar Del Grossi e Graziano da Silva (2006b).

⁶ Segundo Del Grossi, essa modificação de fato introduziu um “acréscimo conceitual” que gerou uma distorção na PNAD pois ampliou-se o universo de pessoas consideradas como ocupadas quando, segundo seus cálculos, essas pessoas, na verdade, trabalhavam em atividades de autoconstrução ou para o autoconsumo. Nos cálculos de Del Grossi essa modificação fez com que a PEA fosse acrescida em mais de 4 milhões de pessoas entre 1990 e 1992, como efeito estatístico dessas mudanças no conceito de trabalho.

Finalmente, no que se refere à definição das famílias, serão consideradas como tal as unidades nucleares, acrescidas dos parentes e agregados que viverem em um mesmo domicílio compartilhando entre si a moradia e os recursos monetários e não-monetários. De acordo com a posição na ocupação, uma família poderá ser considerada empregadora, conta-própria, empregada (assalariada) ou não-ocupada (desempregada). Para efeito de classificação, as famílias serão também agregadas de acordo com a natureza da atividade que estiverem exercendo na semana de referência, podendo ser, portanto, famílias exclusivamente ocupadas em atividades agrícolas, exclusivamente não-agrícolas ou ainda pluriativas, caso em que pelo menos um dos membros da família exerce uma segunda atividade ou declarar ter dupla-atividade agrícola. Caso não tenham ocupação, serão consideradas não-ocupadas.

Como o foco deste trabalho se volta ao entendimento das famílias de agricultores autônomos, também chamados de agricultores familiares, privilegiar-se-á a análise das famílias de ocupados na condição de conta-própria localizadas nas áreas rurais não-metropolitanas, definidas como rural agropecuário ou rural privado. Nesse sentido, o enfoque do trabalho volta-se para a ocupação das famílias de conta-própria que, nesses termos, são consideradas como a categoria social denominada agricultura familiar. Buscar-se-á demonstrar que esta categoria fornece importante contribuição ao emprego rural em geral, não se restringindo, nesse caso, ao assalariamento na forma de trabalho contratado. Isso significa, em última análise, que quando se focaliza os agricultores familiares com proposta de entender as mutações nas formas de trabalho, as noções de emprego e ocupação se confundem, pois nesse tipo de situação as pessoas que pertencem à uma família estão ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas, embora não sejam nem empregados nem empregadores.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA OCUPACIONAL DO MEIO RURAL NO BRASIL

Segundo os dados da PNAD, em 2004 residiam nas áreas rurais não-metropolitanas do Brasil em torno de 5.965.000 famílias. Nos quatro anos da década atual o número de famílias residentes aumentou em 118 mil em relação à 2001, quando eram 5.847.000 milhões, conforme indica a Tabela 1.

Do total de 5.965.000 famílias que residiam nas áreas rurais da região não-metropolitana em 2004, 2.167.000 eram de famílias de assalariados

Tabela 1. Brasil, Sul e Nordeste: evolução das famílias ocupadas por conta-própria com domicílio na área rural não-metropolitana segundo o tipo de atividade – 2001 - 2004

(1.000 famílias)

		BRASIL				SUL				NORDESTE			
LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA		2001	2004	Tx cresc. (% aa.)		2001	2004	Tx cresc. (% aa.)		2001	2004	Tx cresc. (% aa.)	
NÃO-METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO													
	Empregadora com mais de 2 empregados	53	49	-2,0		15	15	-3,7		7	9	12,4	*
	Agrícola	15	13	-7,2		4	4	-	-	1	3	-	-
	Pluriativo	20	16	-5,5		3	4	-	-	3	3	-3,5	
	Não-agrícola	17	20	5,5	**	8	8	-3,8		2	3	-	-
	Empregadora com até 2 empregados	251	230	-0,6		51	55	6,4		104	100	-0,4	
	Agrícola	133	130	2,4		30	31	6,9		51	55	5,2	
	Pluriativo	93	84	-2,1		17	18	5,8		46	43	-3,1	
	Não-agrícola	24	16	-12,5		5	6	-	-	7	2	-	-
	Conta-Própria	2.859	2.882	0,4		697	708	0,3		1553	1551	0,1	
	Agrícola	1.756	1.713	-0,9		501	472	-2,1	*	896	886	-0,7	
	Pluriativo	874	908	0,9		142	178	5,5		550	546	-0,1	
	Não-agrícola	230	261	7,7		54	59	7,1		107	119	7,2	
	Empregados	2.053	2.167	1,7		320	343	1,9	*	793	858	2,5	***
	Agrícola	1.269	1.289	0,7		148	164	4,1	*	518	556	2,4	
	Pluriativo	262	297	3,6	*	40	42	0,8		99	112	3,4	
	Não-agrícola	522	582	3,1		132	136	-0,2		176	190	1,9	
	Não-ocupado na semana	631	637	1,4		123	107	-4,0		338	334	1,2	
TOTAL		5.847	5.965	0,9		1.206	1.226	0,5	***	2.795	2.852	0,9	*

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano (IE/UFU), fevereiro 2006.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de cinco observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

(36,3%), 279.000 famílias de empregadores (4,6%), sendo que 3,8% empregavam até dois assalariados de forma permanente e 0,82% empregavam mais de dois empregados permanentes.

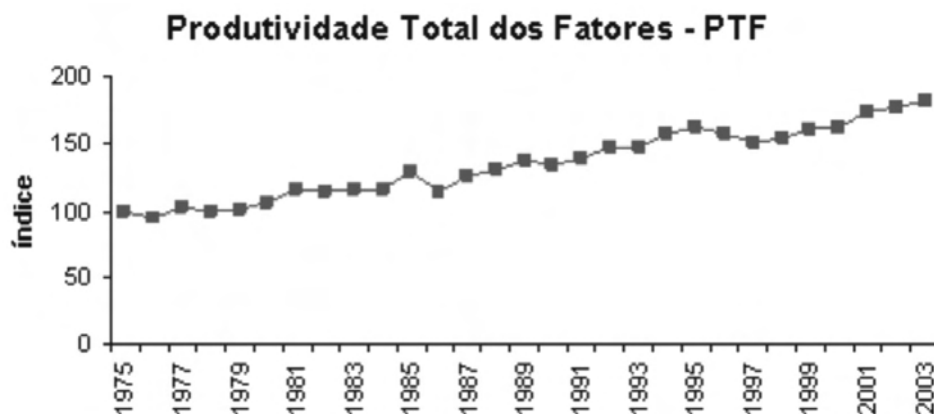
A categoria mais numerosa do meio rural brasileiro é formada por 2.882.000 (48,3%) de ocupados por conta-própria. Além dos empregadores, assalariados e conta-própria, em 2004 havia ainda 10,6% que encontravam-se desempregados ou sem ocupação na semana em que foram coletados os dados. Segundo essa classificação, baseada nos dados da PNAD/IBGE, chama a atenção a pequena quantidade de empregadores, indicando que no meio rural predominam as formas de propriedade gerenciadas de forma autônoma como ocupações por conta-própria.

A Região Nordeste concentra, isoladamente, 47,8% (2.852.000) do total de 5.965.000 famílias domiciliadas na área rural não-metropolitana do Brasil e a Região Sul contribui com 20,5% (1.226.000) das famílias. Somente essas duas grandes regiões respondiam, em 2004, por 68,3% do total de famílias, o que indica a relevância de se estudar essas áreas.

No que se refere ao tipo de atividades que exerciam as famílias domiciliadas nas áreas rurais, 3.145.000 estavam ocupadas exclusivamente na agricultura, 879.000 exclusivamente em atividades não-agrícolas e 1.305.000 eram pluriativos, que é como são considerados os domicílios em que pelo menos um dos membros da família combina a ocupação em atividades agrícolas e não-agrícolas.

Embora não seja o objetivo deste texto, vale a pena tecer um breve comentário sobre o comportamento das três categorias sociais mais importantes do mercado de trabalho rural, ainda que este tipo de análise seja mais interessante de ser realizada tomando-se como referência o comportamento das pessoas ocupadas na condição de PEA, o que exigiria outra unidade de análise (Del Grossi e Grazaiano da Silva, 2006). Tomando-se a evolução dos tipos das famílias, os dados da Tabela 1 mostram que os empregadores e os conta-própria mantiveram-se relativamente estáveis no período 2001 a 2004, enquanto que entre os empregados assalariados verificou-se um aumento de 114 mil postos de trabalho no Brasil, dos quais 65 mil no Nordeste e 23 mil no Sul. Na Região Nordeste, em especial, registra-se um aumento de 793.000 em 2001 para 858.000 em 2004, a uma taxa de crescimento de 2,5% ao ano. Embora no conjunto do Brasil tenha sido registrado um leve aumento do número de desempregados rurais, as Regiões Sul e Nordeste registraram pequena redução.

Já que os assalariados são a categoria social que registra alterações importantes no período 2001-2004, vale a pena buscar as razões. Entre os fatores que explicam esse desempenho ocupacional dos assalariados são fatores da natureza estrutural e conjuntural. Entre os fatores estruturais, pode-se listar o crescimento das monoculturas comerciais em diferentes regiões do Brasil⁷. A tendência à *commoditização* da produção agrícola inicia-se na década de 1970 e é acompanhada de uma crescente especialização da pauta de produtos, o que se reflete num crescimento histórico e evolutivo da produtividade dos principais fatores de produção. Em trabalho recente Gasques et.alii. (2006) apresentam um gráfico que vale a pena ser reproduzido e que mostra o comportamento das variáveis terra, trabalho e capital ao longo de quase 30 anos.



Fonte: Gasques, Bastos e Bacchi (2004)

Gráfico 1. Produtividade total dos fatores da agricultura brasileira – 1975-2003

Aliado a isso, deve-se registrar que entre 2000 e 2003 a agropecuária brasileira registrou excepcional desempenho positivo devido a fatores conjunturais como o aumento de preço das *commodities* internacionais, a política cambial favorável ao dólar e o aumento significativo do crédito agrícola. Isso resultou no crescimento do PIB agropecuário no período, que passou de 8,4% sobre o PIB total nacional em 2001 para 10,1% em 2004.

⁷ Esse é o caso, por exemplo, da cana-de-açúcar em São Paulo, Rio de Janeiro e alguns estados do Nordeste, do reflorestamento em Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná, das pastagens para pecuária extensiva no Centro-Oeste e Norte e, sobretudo, da soja, que se amplia em todas as regiões do país, notadamente nas áreas de fronteira das Regiões Centro-Oeste e Norte.

Conseqüentemente, houve uma maior contratação de trabalhadores assalariados que, segundo Del Grossi e Graziano da Silva (2006b), “entre outubro de 2001 e setembro de 2004 a agropecuária teve um saldo de quase 190 mil novos empregos formais”⁸.

Além disso, não se deve esquecer da atuação mais severa que os órgãos de fiscalização do trabalho passaram a ter em relação às condições de trabalho no meio rural, bastando citar como exemplos a maior exigência de contratualização do trabalho temporário (exemplo dos trabalhadores volantes, também chamados de “bóias-fria”) e a maior coerção às formas de trabalho análogas à servidão (mais conhecido como trabalho escravo), que passou a ser vigiado por um órgão especializado. Essas medidas parecem ter ajudado na melhoria da formalização das relações de trabalho no meio rural e podem ter contribuído para a elevação da ocupação formal.

Não obstante, tanto os fatores estruturais como os conjunturais não significam que o êxodo rural tenha acabado ou que a população rural que trabalha na agricultura não esteja mais saindo do campo. É preciso destacar que os preços internacionais muito favoráveis das *commodities* agrícolas foram espasmódicos e que, no geral, os agricultores continuam a ter dificuldades crescentes para produzir devido aos aumentos constantes dos custos de produção que crescem tanto por conta da extrema dependência de insumos e derivados de petróleo como do monopólio do acesso à sementes dominado pelas transnacionais, e, mais recentemente, por problemas sanitários que afetam o acesso aos mercados como a febre aftosa e outras.

Os dados da Tabela 2, organizados por Gasques et. alii. (2006), indicam que, de fato, os anos 2001, 2002 e 2003 foram muito positivos para agropecuária e, em especial, para determinadas culturas de lavoura, como a soja e o milho, além da laranja. Nesses cultivos houve aumentos expressivos nos preços, o que se materializou em valores maiores auferidos.

A análise dos dados da PNAD do período 2001-2004 mostram que a população rural diminuiu pouco, reduzindo-se de 27,5 milhões em 2001 para 27,4 milhões em 2004. Ocorre, contudo, que a relativa estabilidade da população rural como um todo, assim como dos ativos ocupados (população considerada economicamente ativa) deve-se, fundamentalmente, ao aumento

⁸ Os dados dos autores foram extraídos do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

**Tabela 2. Brasil. Valores dos principais produtos agrícolas-2000/05
(em milhões R\$*)**

Lavouras	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Algodão herbáceo (caroço)	2.281	2.481	1.850	2.803	4.796	3.744
Arroz (em casca)	4.953	4.634	4.992	6.853	8.523	6.772
Banana	4.944	4.450	3.936	4.788	4.635	4.973
Cacau	533	656	1.121	1.062	845	814
Café (em côco)	8.410	2.682	2.758	3.003	3.723	4.089
Cana-de-açúcar	10.873	13.491	11.625	13.305	11.990	13.433
Feijão (em grão)	3.364	3.582	4.282	5.085	3.462	4.057
Fumo (em folha)	2.279	2.087	2.153	2.706	3.878	3.997
Laranja	4.149	7.051	7.685	7.352	6.399	6.439
Mandioca	3.201	2.400	2.210	3.573	4.528	4.627
Milho (em grão)	11.636	10.404	11.317	17.249	12.801	10.345
Soja (em grão)	16.747	20.619	25.768	36.036	33.126	25.775
Trigo (em grão)	668	1.264	1.332	3.114	2.376	1.676
Uva	500	945	817	1.244	2.228	1.010
TOTAL	80.289	82.422	87.067	114.613	109.647	98.337

Fonte: Mapa/AGE (2006) Retirada de Gasques, J.G. et. alii (2006).

Preços de terras no Brasil, financiamento e produtividade total dos fatores.

* Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV – dezembro/2005

das ocupações em atividades não-agrícolas no meio rural. Isso é, vem crescendo no meio rural brasileiro o número de famílias domiciliadas mas que trabalham em atividades estranhas à agricultura. É muito frequente, por exemplo, a combinação de ocupação em atividades agrícolas e não-agrícolas por pessoas que integram uma mesma família. E as razões para isso são variadas, indo desde a sazonalidade dos processos produtivos até a crescente presença de atividades e ocupações ligadas aos serviços e a indústria. Nesses casos, as formas de ocupação variam desde as famílias que residem no rural mas se ocupam exclusivamente em atividades não-agrícolas até aquelas que fazem algum tipo de combinação entre o agrícola e o não-agrícola, também chamados de pluriativos.

AS MUDANÇAS OCUPACIONAIS E A AGRICULTURA FAMILIAR NO PERÍODO 2001-2004

No que se refere especificamente aos agricultores familiares, é preciso destacar que do total de famílias rurais deve-se tomar apenas o grupo dos ocupados por conta-própria, porque é nesta categoria que o IBGE (PNAD) classifica as famílias que operam em regime de trabalho autônomo. Os agricultores familiares trabalham sob o regime de economia familiar e constituem unidades formadas por grupos domésticos ligados por laços de sangue e parentesco que são proprietários dos meios de produção e se apropriam coletivamente dos resultados do trabalho⁹. É bem verdade que pela classificação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), poderiam ser incluídos como agricultores familiares as unidades que contratam até dois empregados permanentes, tal como inclusive está indicado na Tabela 3. Contudo, optou-se por uma definição mais restrita de agricultura familiar tendo em vista que o objetivo deste trabalho é demonstrar que mesmo se tomando aquelas unidades produtivas da agricultura familiar que provavelmente são menos capitalizadas e intensivas no uso dos fatores produtivos, sua relevância social e econômica é muito expressiva no Brasil e suas respostas às mudanças recentes do mercado de trabalho são igualmente significativas.

A Tabela 3 apresenta os dados especificamente sobre o comportamento das famílias ocupadas na condição de conta-própria. É possível perceber que do total de 5.965.000 famílias que residiam nas áreas rurais da região não-metropolitana em 2004, 48,3% (2.882.000) era formada por unidades de conta-própria. Na Região Sul havia, em 2004, um total de 1.226.000 famílias rurais, das quais 57,7% (708.000) eram de agricultores familiares. No Nordeste essa proporção alcança 54,3% (1.551.000). Em relação ao total de famílias conta-própria do Brasil (2.882.000) em 2004, as Regiões Sul e Nordeste concentram em torno de 78,3% do total de famílias conta-própria. Mais do que uma justificativa, esse dado permite afirmar que a análise da dinâmica ocupacional da agricultura familiar das Regiões Sul e Nordeste contempla, em larga medida, os processos gerais que afetam essa categoria social, dada a sua relevância significativa em face ao total do Brasil.

⁹ Portanto, nessa definição, não importa nem o tamanho de área de terra disponível nem o fato de estar ou não inserido nos circuitos mercantis.

Tabela 3. Brasil, Sul e Nordeste: evolução das famílias ocupadas por conta-própria com domicílio na área rural não-metropolitana segundo o tipo de atividade-2001/04 (1.000 fam.)

Local domicílio / Famílias conta-própria		2001	2002	2003	2004	Tx cresc. (% aa.) 2001/04 ^a	Tx cresc. (% aa.) 2002/04 ^a	
BRASIL								
Total Famílias Conta-Própria		2.859	2.938	2.982	2.882	0,4	-1,0	
	Agrícola	1.756	1.780	1.749	1.713	-0,9	-1,9	***
	Pluriativo	874	938	920	908	0,9	-1,6	**
	Não-agrícola	230	220	312	261	7,7	9,0	
SUL								
Total Famílias Conta-Própria		697	723	715	708	0,3	-1,1	***
	Agrícola	501	504	492	472	-2,1 *	-3,3	*
	Pluriativo	142	173	152	178	5,5	1,3	
	Não-agrícola	54	46	71	59	7,1	12,7	
NORDESTE								
Total Famílias Conta-Própria		1.553	1.572	1.589	1.551	0,1	-0,7	
	Agrícola	896	902	871	886	-0,7	-0,9	
	Pluriativo	550	578	583	546	-0,1	-2,8	
	Não-agrícola	107	92	135	119	7,2	13,6	

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano (IE/UFU), fevereiro 2006.
 Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de cinco observações.
 a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
 ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Com base nas informações da Tabela 3 é possível afirmar que, de um modo geral, não se verificou variação significativa no número de unidades da agricultura familiar entre 2001 e 2004. Nos primeiros anos da década atual, o nível de ocupação dos conta-própria manteve-se estável, eram 2.859.000 em 2001 e passaram para 2.882.000 em 2004. Em parte, isso explica a estabilidade que também se verifica em relação ao conjunto da PEA rural (população ocupada) que era de 12,2 milhões em 2001 e passou para 12,4 milhões de pessoas em 2004.

Mas quando se analisa o tipo de atividade das famílias de ocupados por conta-própria, ressalta-se o aspecto que já havia sido comentado para o

conjunto da PEA rural, que se refere à redução das ocupações em atividades agrícolas e o aumento dos ocupados em atividades não-agrícolas e pluriativos com domicílio nas áreas rurais. A taxa anual de crescimento dos ocupados em atividades não-agrícolas foi superior a 7% ao ano no Brasil, assim como nas Regiões Sul e Nordeste. Já as famílias brasileiras de trabalhadores ocupados na condição de conta-própria em atividades exclusivamente agrícolas continuaram a diminuir, reduzindo-se de 1.756.000 em 2001 para 1.713.000 em 2004. Os conta-própria ocupados em atividades não-agrícolas aumentaram de 230.000 para 261.000 e os pluriativos passaram de 874.000 para 908.000 entre 2001 e 2004. Isso significa que os ativos ocupados nas atividades agrícolas continuam a ter dificuldades e alguns acabam saído do rural mas, por outro lado, cresce o emprego e a população que tem domicílio rural e que trabalham em outras atividades.

A combinação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas pelos membros de uma mesma família parece ser um fenômeno mais acentuado no Sul do Brasil, onde se verifica um aumento mais expressivo, passando de 142 mil famílias em 2001 para 178 mil em 2004. Em outros trabalhos (Schneider 2003; 2005), já se vinha destacando que a pluriatividade deve ser compreendida fundamentalmente como uma estratégia das famílias rurais e dos indivíduos que a constituem, podendo variar segundo o contexto em que se encontrarem ou mesmo de acordo com os objetivos específicos que estiverem perseguindo para garantir suas condições de vida. Embora seja um fenômeno diagnosticado e estudado há pouco tempo no Brasil (vide os trabalhos do grupo de pesquisa ligado ao Projeto Rurbano), não se trata de um processo inteiramente novo, pois a combinação de atividades sempre foi uma característica típica do campesinato e de outras formas sociais do meio rural. Não se pode ignorar, contudo, que a pluriatividade já se reflete no mercado de trabalho e, à medida que vão se transformando as relações de trabalho e os processos produtivos no espaço rural brasileiro, sobretudo relacionado ao aumento das oportunidades de trabalho em atividades não-agrícolas, é possível esperar que sua importância cresça de significado.

Não obstante, conforme já indicado em outros estudos (Schneider e Radomsky, 2004; Balsadi, 2006; Nascimento 2005), vale salientar que essas novas formas de ocupação nem sempre expressam melhoria na qualidade do emprego gerado, pois muitas vezes a pluriatividade implica em aumento da jornada de trabalho para que se torne possível operar em mais de uma atividade ou exercem-se trabalhos em condições precárias e informais ou,

ainda (o que não é raro), as remunerações obtidas são baixas, razão pela qual os agricultores buscam rendas em mais de uma fonte.

O que chama atenção na análise dos dados da PNAD, que reflete o comportamento da agricultura familiar durante o período recente, é que essa categoria social vem se mantendo estável no meio rural da Região Sul e Nordeste do Brasil. Essa constatação é, de fato, uma novidade, pois desde a década de 1980 registravam-se reduções ininterruptas dessa categoria social (Nascimento, 2005). O fato de não estar diminuindo, portanto, deve ser entendido como uma sinalização de que há fatores que estão influenciando o seu desempenho positivo. Na seção final deste texto, serão apresentados alguns argumentos acerca desse comportamento.

CARACTERÍSTICAS DOS RENDIMENTOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO PERÍODO 2001-2004

Analisando-se o desempenho dos rendimentos auferidos pelos agricultores familiares no Brasil no período 2001-2004, apresentados na Tabela 4, verifica-se que houve crescimento da renda média mensal, que passou de R\$ 617,49 em 2001 para R\$ 685,93 em 2004, perfazendo um aumento de 3,6% ao ano. Na Região Sul a renda média mensal dos agricultores familiares revela-se muito superior a do Nordeste, o que se deve, em larga medida, a um tipo de agricultura mais capitalizada e inserida nos circuitos mercantis. De um lado, as melhores condições da agricultura familiar no Sul são uma herança histórica dos processos de colonização com imigrantes de origem européia assentados em regime de trabalho livre em pequenas propriedades. Por outro lado, o atraso relativo da agricultura familiar no Nordeste é bastante variável se forem observadas as especificidades intra-regionais e, sobretudo, as condições edafoclimáticas e de acesso a fatores de produção mais eficientes tecnologicamente entre os produtores, o que não é o alvo deste texto. Em função dessas diferenças, a renda média do Sul registrou um crescimento bastante significativo entre 2001 e 2004, passando de R\$ 998,06 para R\$ 1.124,31, ao passo que no Nordeste o aumento foi pouco expressivo passando de R\$ 443,5 em 2001 para R\$ 450,10 em 2004.

No que se refere à renda de atividades não-agrícolas, a Tabela 4 indica que houve um aumento que foi maior no Brasil do que no Nordeste. No Sul registrou-se queda significativa, reduzindo-se de R\$ 1.590,90 em 2001 para R\$ 1.140,70 em 2004. A renda das famílias conta-própria pluriativas também aumentou no Brasil e na Região Sul, ao passo no Nordeste permaneceu quase estável.

Tabela 4. Brasil, Sul e Nordeste. Evolução da renda média mensal das famílias conta-própria domiciliadas na área rural da região não-metropolitana, segundo o tipo de atividade - 2001-2004 (em R\$)

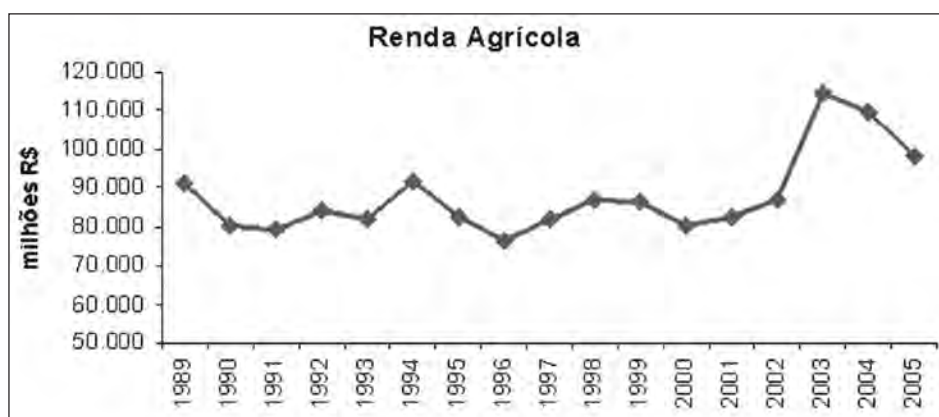
Somente famílias Conta-própria	2001	2004	Tx cresc. (% aa.)
			2001-2004
BRASIL			
Agrícola	540,46	599,10	3,5%
Pluriativo	748,98	831,60	3,5%
Não-agrícola	837,36	902,72	2,5%
TOTAL	617,49	685,93	3,6%
SUL			
Agrícola	885,73	1.014,08	4,6%
Pluriativo	1.219,72	1.458,36	6,1%
Não-agrícola	1.590,90	1.140,70	-10,5%
TOTAL	998,06	1.124,31	4,1%
NORDESTE			
Agrícola	379,04	382,32	0,3%
Pluriativo	576,39	585,54	0,5%
Não-agrícola	503,49	549,27	2,9%
TOTAL	443,50	450,10	0,5%

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais UFRGS/PGDR, março de 2006.

* Renda mensal de todas as fontes (R\$ de 01/2006)

Mas a informação mais relevante da Tabela 4 parece estar no fato de que o crescimento da renda média total da agricultura familiar no Brasil e na Região Sul parece ser bastante influenciado por um crescimento expressivo da renda agrícola, que aumentou 3,5% ao ano no Brasil e 4,6% ao ano no Sul, ao passo que no Nordeste esse aumento foi de apenas 0,3%. O Gráfico 2, retirado do trabalho de Gasques et. alii. (2006), mostra claramente que de 2000 até 2003 houve aumentos sucessivos da renda agrícola no Brasil, reduzindo-se nos anos seguintes.

A explicação para essa variação da renda média agrícola entre a agricultura familiar do Sul e do Nordeste encontra-se, obviamente, relacionada aos fatores diferenciais acima destacadas, o que faz com que a primeira reflita mais diretamente os efeitos das mudanças na elevação dos



Retirada de Gasques, J.G. et. alii (2006)
Preços de terras no Brasil, financiamento e produtividade total dos fatores.

Gráfico 2. Comportamento da renda agrícola no Brasil – 1989-2005
(em milhões de R\$)

preços das *commodities* internacionais, tais como soja, trigo e milho, que foram particularmente favoráveis no período 2000 até 2003. No Nordeste, onde essas culturas de exportação são menos expressivos, a variação da renda agrícola também foi menor. Uma outra forma de sustentar a hipótese de que o crescimento maior da renda agrícola na Região Sul *vis-à-vis* o Nordeste deve-se ao efeito preço de *commodities*, é observar o comportamento das culturas como feijão e mandioca, típicos dessa região, e que tiveram bem menos oscilação no mesmo período.

Na Tabela 5 é apresentada a evolução da composição da renda das famílias de ocupados por conta-própria segundo a sua fonte entre 2001 e 2004, com base na seguinte classificação: rendas de atividades agrícolas, de atividades não-agrícolas, de aposentadorias ou pensões advindos de benefícios previdenciários e outras fontes de rendimentos, que inclui transferências do governo como o bolsa família¹⁰.

¹⁰ No trabalho de Hoffmann (2006, p. 5), que analisa as mudanças na desigualdade da distribuição de renda no Brasil no período 1997 e 2004, utilizando os dados da PNAD, a desagregação do rendimento domiciliar é dividido em seis grupos, a saber: renda de todos os trabalhos, dois grupos de aposentadorias, doações, aluguéis e outros, que inclui juros e transferências oficiais como o bolsa família. Na opinião do autor, renomado estudioso do tema no Brasil, esse último grupo expressa com fidedignidade os dados relativos as transferências oficiais como bolsa família e outros, uma vez que a informação sobre rendimento de juros é muito errática. Por esse motivo, o grupo das outras rendas será tomado como forte indicador do impacto do programa Bolsa Família na renda domiciliar dos agricultores familiares.

Tabela 5. Brasil, Sul e Nordeste. Evolução da composição da renda das famílias conta-própria domiciliadas na área rural da região não-metropolitana, segundo o tipo de atividade - 2001-2004 (%)

Famílias conta-própria	Agrícola		Não-Agrícola		Apos/Pens		Outras	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
BRASIL								
Agrícola	63,1	61,8	0,0	0,0	28,9	28,2	8,0	10,0
Pluriativo	43,8	47,2	31,3	28,8	16,0	15,6	8,9	8,3
Não-agrícola	0,0	0,0	79,7	77,7	10,7	13,5	9,6	8,9
TOTAL	50,8	50,9	17,8	17,2	22,9	22,6	8,5	9,3
REGIÃO SUL								
Agrícola	71,5	71,5	0,0	0,0	23,9	21,0	4,6	7,4
Pluriativo	41,8	50,0	35,8	29,9	14,2	13,9	8,3	6,2
Não-agrícola	0,0	0,0	79,1	80,7	10,2	8,9	10,7	10,4
TOTAL	56,8	59,8	17,0	14,8	20,1	18,0	6,1	7,3
REGIÃO NORDESTE								
Agrícola	51,2	47,9	0,0	0,0	37,1	37,1	11,7	15,1
Pluriativo	39,2	41,2	30,0	28,0	19,4	19,0	11,4	11,8
Não-agrícola	0,0	0,0	74,1	72,5	15,9	16,7	10,0	10,8
TOTAL	43,0	41,6	16,5	16,0	29,0	28,9	11,5	13,6

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais UFRGS/PGDR, março de 2006.

* Renda mensal de todas as fontes (R\$ de 01/2006)

Uma análise geral indica que a renda agrícola representa em torno de 50% da renda total das famílias de conta-própria domiciliados no meio rural do Brasil, a renda não-agrícola representa 17%, as aposentadorias quase 23% e as outras rendas em torno de 9%. Entre 2001 e 2004, somente o grupo das outras rendas, que inclui as transferências do governo federal como o Bolsa Família (mas também juros e dividendos), registrou aumento relativo de 8,5% para 9,3%.

A Região Nordeste registra estagnação em quase todas as fontes de rendas, com exceção das outras rendas, que passam de 11,5% em 2001 para 13,6%, na proporção sobre a composição do rendimento total. A proporção das demais fontes de renda na renda total indica que a renda agrícola representa algo em torno de 42% (reduzindo-se de 43% em 2001 para 41,6%

em 2004), a renda não-agrícola contribui com 16% e as aposentadorias com 29%.

A Região Sul, ao contrário, revela uma composição de renda em 2004 em que as atividades agrícolas representam quase 60% (em 2001 era de 56,8% e em 2004 passou para 59,8%) da renda total dos agricultores familiares. Na comparação com o ano de 2001, a renda não-agrícola caiu de 17% em 2001 para 14,8% em 2004, a renda de aposentadorias também se reduziu de 20,1% em 2001 para 18% em 2004, e as outras fontes aumentaram sua participação de 6,1% em 2001 para 7,3% em 2004.

O conjunto das informações extraídas da Tabela 5 corrobora as conclusões de outros autores (Hoffmann, 2006)¹¹, indicando que as fontes de rendas que cresceram entre 2001 e 2004, tanto no Brasil como nas Regiões Sul e Nordeste, foram aquelas que incluem as transferências de recursos federais como o Bolsa Família, o que indica que os impactos do programa já se fazem perceptíveis nos dados analisados.

Além disso, vale notar que, não obstante, tenha havido um aumento da renda média entre 2001 e 2004, conforme indicado na Tabela 4, isto não se expressa quando se analisa a composição total da renda domiciliar, em que a proporção da renda agrícola não aumenta no período 2001-2004.

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR NO PERÍODO 2001-2004

Na tentativa de compreender e explicar quais seriam os condicionantes causais que estariam afetando o comportamento do emprego e da renda da categoria social dos agricultores familiares no Brasil e, comparativamente, entre a grande Região Sul e Nordeste, no período recente, seria possível relacionar uma série de fatores de natureza estrutural. Entre esses fatores certamente se listariam os processos históricos de ocupação fundiária e as formas de organização do tecido produtivo, além de especificidades ambientais, edafoclimáticas e socioeconômicas que afetam as dinâmicas intra-regionais de cada uma dessas grandes zonas geográficas.

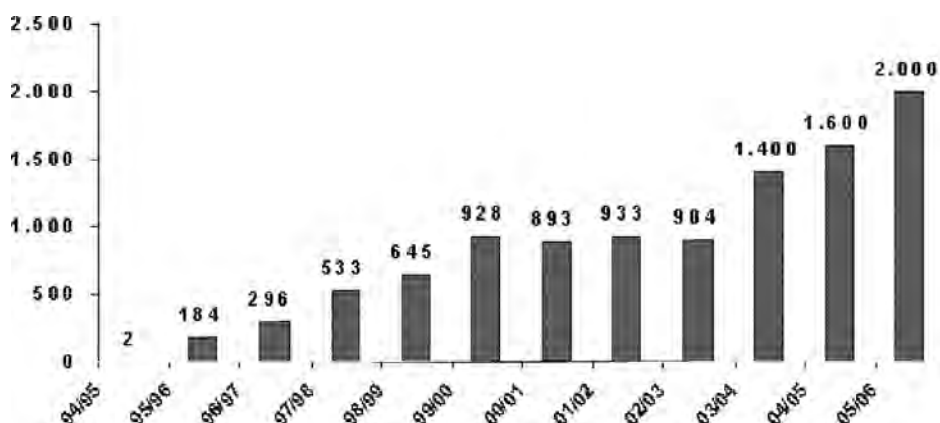
¹¹ Hoffmann (2006, p. 20) mostra entre 1998 e 2004 há uma redução no índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil de 0,5984 para 0,5687, respectivamente, e que “28,0% dessa redução pode ser atribuída à parcela do rendimento total que inclui transferências do governo, como o Bolsa Família (mas também inclui juros e dividendos).”

Este exercício, no entanto, demandaria uma historicização de processos de longa duração e, mesmo assim, a determinação das relações de causa e efeito talvez não fossem imediatas. Nesse sentido, nos limites dos objetivos deste trabalho, pretende-se avançar algumas interpretações sobre o comportamento do emprego e da renda que vem afetando os agricultores familiares do Brasil e das Regiões Sul e Nordeste no período 2000-2004, estabelecendo-se analogias com o desempenho de algumas das mais importantes políticas públicas atualmente em vigor e que tem o mesmo público como foco de suas operações. Esse exercício analítico tem o propósito de estabelecer uma possível relação de causalidade entre a dinâmica do emprego e da renda dos agricultores familiares e as políticas públicas que vêm operando com esse universo social. Evidentemente, estudos mais aprofundados e de menor abrangência territorial serão necessários para averiguar a pertinência da hipótese aqui avançada, o que ficará resguardado para trabalhos futuros.

Especificamente em relação às famílias que trabalham em regime de economia familiar por conta-própria, algumas ações e políticas públicas parecem estar contribuindo para manutenção dos níveis de ocupação antes mencionados. Primeiro, vale salientar que o Pronaf, que comemora seus 10 anos de existência, vem aumentando sistemática e significativamente o volume de recursos e o número de colocados à disposição dos agricultores familiares.

Os gráficos 3 e 4, a seguir, mostram a evolução do número de contratos e dos valores concedidos de crédito rural para agricultura familiar.

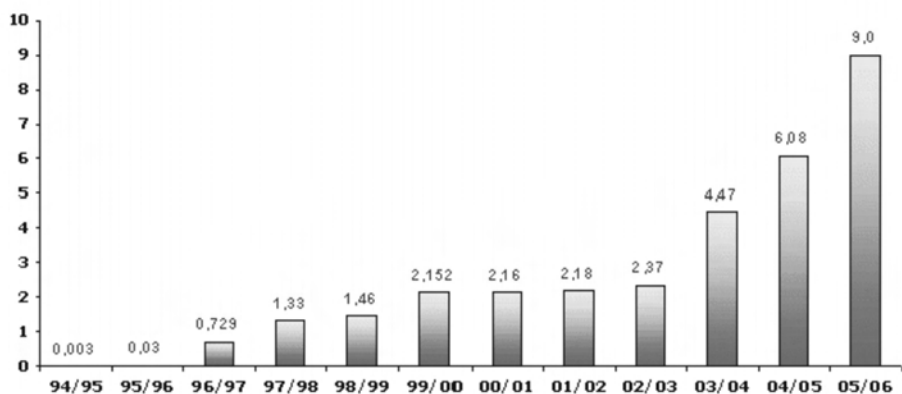
O gráfico 3 indica que na safra 2000/01 o governo atendia a 893 mil contratos, já na safra 2004/05 o número de contratos atendidos passou para 1.600.000 de contratos. Relacionando-se o número de contratos com o total de unidades classificadas como ocupadas em regime de conta-própria, pode-se dizer em 2001 o Pronaf atendia a 31,2% dos agricultores familiares no Brasil e em 2004 essa proporção aumentou para 55,5%. Dados da Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, indicam que na Região Nordeste o número de contratos aumentou de 266.000 em 2002/03 para 561.000 em 2004/05, e na Região Sul passou de 435.000 para 594.000 no mesmo período.



Fonte: SAF/MDA

Gráfico 3. Evolução do número de contratos do crédito rural destinado à agricultura familiar – 1994/95 – 2005/06

O gráfico 4 informa a evolução do montante de recursos destinados ao programa, que passaram de R\$ 2,16 bilhões na safra 2000/01 para R\$ 6,08 bilhões na safra 2003/4. Também aqui verifica-se um expressivo crescimento em ambas as Regiões, no Sul o aumento foi de R\$ 1,206 bilhão em 2002/03 para R\$ 2,590 bilhões em 2004/05, e no Nordeste de R\$ 393 milhões para R\$ 1,141 bilhão, no mesmo período.



FONTE: SAF/MDA

Gráfico 4. Evolução do crédito rural destinado à agricultura familiar – 1994/95 – 2005/06 (em bilhões de R\$)

Em segundo lugar está a previdência social rural, que vem permitindo que um número significativo de famílias possam se manter no meio rural na condição de moradores, ainda que estudos venham demonstrando que parcela não desprezível das rendas de aposentadorias ajudam nas atividades produtivas (Delgado e Cardoso Jr., 2000).

Os dados da Tabela 6 indicam há um crescimento constante do montante de recursos que a previdência social gasta com benefícios de aposentadorias, pensões, rendas vitalícias e amparos com os segurados do setor rural, que são aqueles que tem domicílio em áreas rurais, o que não significa que o tipo de benefício seja exclusivamente advindo da condição de trabalhador rural ou outra condição, uma vez que muitos aposentados que trabalharam em outros setores de atividades passaram a morar no meio rural a partir do momento em que recebem o benefício. Vale lembrar que a partir da Constituição de 1988 (Art. 195, § 8º) houve a inclusão dos trabalhadores rurais e dos segurados em regime de economia familiar (considerados segurados especiais) nos planos de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)¹². Essas normas, após regulamentações administrativas e outros procedimentos do Executivo, por meio das Leis 8.212 e 8.213, somente entraram em vigor no último trimestre de 1992. Assim, apenas no ano civil de 1993 a universalização dos direitos previdenciários rurais passou efetivamente a contemplar os trabalhadores rurais pelo novo regime da seguridade social. Este incremento de beneficiários também é apontado por estudiosos como responsável pelo déficit da previdência social nos últimos anos, que passa de 2,8% do PIB em 1995 para 5,3% em 2004 (Giambiagi et. alii. 2004).

No total, em 2000, a previdência social injetava no meio rural um montante de US\$ 6.925 bilhões em 2000, numa média de US\$ 77,25 por benefício pago, o que correspondia a um salário mínimo. Em 2004, este montante passou para US\$ 8,984 bilhões ao ano (em face da variação da taxa de câmbio), numa média mensal de US\$ 96,11 por benefício mensal. Esses valores, representam uma amostra do impacto dos recursos previdenciários têm sobre a renda do setor rural, especialmente porque se trata de um benefício líquido que é pago a cada mês.

¹² Com as novas regras constitucionais, as mulheres passaram a ter direito à aposentadoria por idade, houve redução no limite de idade para aposentadoria por idade dos homens (passou de 65 para 60 anos) e o valor das aposentadorias aumentou de meio para um salário mínimo.

Tabela 6. Indicadores gerais da previdência social rural – 1991-2002

Anos	Valor dos benefícios mensais pagos (US\$ milhões)	Número total de benefícios ¹ (mil)	Número de benefícios por idade (mil)	Valor unitário dos benefícios rurais (US\$ mês dez.)
1991	180,0	4.080,4	2.240,5	44,1
1992	234,4	4.976,9	2.912,8	47,1
1993	403,8	6.001,0	3.855,9	67,3
1994	526,8	6.359,2	4.176,2	82,8
1995	637,8	6.332,2	4.126,8	100,7
1996	705,2	6.474,4	4.102,2	108,9
1997	725,3	6.672,3	4.140,2	108,7
1998	749,8	6.913,1	4.305,3	108,5
2000	532,7	6.895,8	4.012,1	77,25
2001	548,6	7.070,6	4.117,3	77,6
2002	416,9	7.363,6	4.287,8	56,62

Fonte: Delgado e Cardoso Jr. (2000), atualizados pelos Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS a partir de 2000.

¹ Inclui rendas mensais vitalícias rurais e benefícios de prestação continuada a partir de 1996, proporcionais às rendas mensais vitalícias (RMV) do setor rural em 1995.

Em terceiro lugar, destacam-se os programas sociais como o Bolsa Família, que destina recursos públicos à manutenção de muitas famílias de agricultores no meio rural. Tal como indicaram os dados sobre os rendimentos dos agricultores familiares, a repercussão das políticas de transferência de recursos do governo federal já se faz sentir entre as populações rurais e, de fato, tem influenciado na elevação da renda domiciliar. A Tabela 7 mostra que em 2003 o programa Bolsa Família atendia um total de 3,6 milhões de famílias que recebiam um montante de R\$ 3,4 bilhões. Em 2005 o número de famílias atendidas aumentou para 8,7 milhões e os recursos destinados subiram para R\$ 6,5 bilhões.

Embora o programa Bolsa Família tenha sido desenhado para o combate à pobreza e à iniquidade social em todo o país, nas áreas rurais seus impactos têm sido notáveis, pois é nessas áreas que se concentra parcela

Tabela 7. Brasil. Evolução do número de famílias atendidas e do volume de recursos do programa Bolsa Família – 2003-2005



Fonte: Revista Brasil, Ano III - número 6 - Prestação de Contas de 3 Anos do Governo Federal

significativa das famílias em condição de indigência, entre as quais muitas são de pequenos agricultores que aparecem na PNAD como ocupados por conta-própria. Nesse caso, é possível afirmar que parte do aumento das rendas das famílias conta-própria das áreas rurais brasileiras, sobretudo da Região Nordeste, vêm recebendo a influência dos créditos do Bolsa Família.

Enfim, em quarto lugar pode-se relacionar o programa de assentamentos rurais como uma política pública que pode estar influenciando o comportamento do emprego e da renda dos agricultores familiares do Brasil. A reforma agrária vem tendo um papel importante na reinserção social de famílias, gerando condições de trabalho e ocupação.

Ainda que seja numericamente pouco expressivo, em face do conjunto das famílias rurais ocupadas na condição de conta-própria do Brasil (que são quase três milhões), vale ressaltar que nas Regiões Nordeste e Sul a presença de assentamentos é expressiva e vem contribuindo para reter parcela da população no meio rural. Nesse sentido, entre 2000 e 2005 o programa de reforma agrária assentou um total de 369.059 famílias, o que não deixa de ser expressivo em um contexto onde a regra era o abandono do meio rural e não a permanência das famílias.

Tabela 8. Número de famílias assentadas da reforma agrária no Brasil – 1985-2005

Período/Ano	Número de famílias
1985/1989	82.896
1990/1993	42.382
1993/1994	17.946
1995	42.912
1996	43.486
1997	81.944
1998	101.094
1999	85.226
2000	60.521
2002	63.477
2003	36.301
2004	81.254
2005	127.506

Fonte: Incra/MDA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as verificações mais salientes que este trabalho demonstrou, está a de que no período 2001-2004 a estrutura ocupacional do mercado de trabalho rural do Brasil manteve-se relativamente estável. A PEA rural, por exemplo, passou de 12,2 milhões em 2001 para 12,4 milhões de pessoas em 2004. Não se registraram aumentos no número total de famílias e as principais categorias ocupacionais, empregadores, assalariados e conta-própria não mostraram alterações significativas. O número de desempregados também não se alterou.

Entre as famílias de assalariados verificou-se um aumento de 114 mil famílias entre 2001 e 2004, em grande parte atribuído à conjuntura favorável do aumento de preços dos produtos agrícolas e ao crescimento do PIB da agropecuária, assim como a maior formalização das relações de trabalho, por meio da ação da fiscalização.

Os ocupados por conta-própria (agricultores familiares) também mantiveram-se estáveis entre 2001 e 2004, ainda que os ocupados em

atividades agrícolas tenham diminuído, as famílias domiciliadas no rural e ocupadas em atividades não-agrícolas cresceram a uma taxa superior a 7% ao ano, tanto no Brasil como no Nordeste e no Sul.

No que se refere ao desempenho dos rendimentos auferidos pelos agricultores familiares, verificou-se que houve crescimento da renda média mensal no Brasil, que passou de R\$ 617,49 em 2001 para R\$ 685,93 em 2004. No Sul, a renda média das famílias registrou um crescimento bastante significativo entre 2001 e 2004, passando de R\$ 998,06 para R\$ 1.124,31, ao passo que no Nordeste o aumento foi pouco expressivo passando de R\$ 443,5 em 2001 para R\$ 450,10 em 2004. Esse crescimento da renda média total domiciliar da agricultura familiar no Brasil e na Região Sul parece ter sido bastante influenciado pelo crescimento da renda agrícola, que aumentou 3,5% ao ano no Brasil e 4,6% ao ano no Sul, ao passo que no Nordeste manteve-se estagnada.

A análise da composição da renda domiciliar total demonstrou que a renda agrícola representa em torno de 50% entre as famílias de conta-própria do meio rural do Brasil, a renda não-agrícola representa 17%, as aposentadorias quase 23%, e as outras rendas em torno de 9%. Entre 2001 e 2004, somente o grupo das outras rendas, que inclui as transferências do governo federal como o Bolsa Família (mas também juros e dividendos), registrou aumento relativo de 8,5% para 9,3%.

AGRADECIMENTO

A redação deste texto contou com a inestimável ajuda de Ely Mattos, que trabalhou com os microdados das PNADs e elaborou as tabelas. Foram ainda utilizados dados e informações de outros autores cedidas por instituições, a quem cabem um reconhecimento formal. Os dados sobre o desempenho recente da agricultura foram obtidos através do texto de Gasques et. alii (2006), do Mapa. Os dados sobre aposentadorias rurais foram disponibilizados por Guilherme C. Delgado, do Ipea. Os dados sobre reforma agrária foram enviados pelo Incra, por Denise R. Kröeff. Os dados sobre Bolsa Família foram disponibilizados pelo MDS, por Antônio Claret Campos Filho. Os dados sobre o Pronaf foram obtidos junto à SAF, por Valter Bianchinni. Também desejo agradecer ao colega Carlos A. Nascimento e Mauro Del Grossi pelos esclarecimentos sobre os dados das PNADs e pelo envio de informações. Sem esses não teria sido possível elaborar esta reflexão ainda que não lhes caiba nenhuma responsabilidade pelo texto final.

REFERÊNCIAS

BALSADI, O.V. Mudanças rurais e o emprego no estado de São Paulo nos anos 90. São Paulo: Anablume, 2002.

_____. Qualidade do emprego na agropecuária brasileira no período 2001-2004. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PNAD 2004, 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2006.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. (Org.). O novo rural brasileiro. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. 4 v.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. *A universalização dos direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000.

DEL GROSSI, M. E. del. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-1995*. 1999. 220 p. Tese (Doutoramento)- UNICAMP, Campinas, 1999.

_____; GRAZIANO DA SILVA, J. As mudanças no rural brasileiro no início do milênio. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PNAD 2004, 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2006.

_____. *Mudanças recentes no mercado de trabalho rural*. 2006b. (Texto para discussão/IPEA).

GASQUES, J. G. et al. *Preços de terras no Brasil, financiamento e produtividade total dos fatores*. Brasília: MAPA, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

_____; DEL GROSSI, M. E. A mudança no conceito do trabalho nas novas PNADs. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, p. 1-16, jun. 1997.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade e da pobreza no Brasil In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PNAD 2004, 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2006.

NASCIMENTO, C. A. *Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas*. 2005. 241 p. Tese (Doutorado em Economia)- UNICAMP, Instituto de Economia, 241p., 2005.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. *Cadernos do CEAM*, Brasília, v. 5, n. 17, p. 23-42, 2005.

_____; RADOMSKY, G. F. W. A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: estudo de caso no município de Barão/RS. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). *O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais*. Brasília: EMBRAPA, 2004. p. 263-320.

Resumo

O objetivo do trabalho consiste em analisar, comparativamente, a dinâmica ocupacional e o comportamento das rendas da categoria social dos agricultores familiares entre as Regiões Sul e Nordeste do Brasil, com base em tabulações especiais de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE). Além desta introdução, o trabalho se divide em várias partes, sendo a primeira destinada às considerações metodológicas sobre a forma de utilização da PNAD, seguida de uma breve caracterização sobre a estrutura do emprego no meio rural brasileiro, segundo as principais categorias. Na sequência, analisa-se o comportamento da dinâmica ocupacional da agricultura familiar no período de 2001 a 2004 e, na continuação, apresenta-se uma caracterização das principais fontes de rendimentos. Na última parte busca-se estabelecer possíveis relações entre o comportamento do emprego e da renda da agricultura familiar no período examinado, e o desempenho das principais políticas públicas que afetam o meio rural brasileiro.

Abstract

The objective of this work consists in analyzing, comparatively, the occupational dynamics and the behavior of the incomings of the social categories related to in family agriculture workers from the South and Northeast regions of Brazil, based on special tabulation of data produced by the National Household Sample Survey of the Brazilian Institute for Geography and Statistics (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PNAD/IBGE).

Further, the work is divided into several parts. The first one addresses methodological issues describing how to use data from PNAD; then, it is made a succinct characterization of job structure in the Brazilian rural area, according to the main categories. Next, the behavior of the occupational dynamics of in family agriculture, in the period 2001-2004, is analyzed, and the main income sources are characterized. Finally, it is made an attempt to establish possible interrelations between the job and income behavior of the in family agriculture in the period examined, and the performance of the public policies that impact the Brazilian rural environment.

O Autor

SERGIO SCHNEIDER é sociólogo, mestre e doutor em Sociologia, professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).